

Pastore: “Não brinquem com a dívida interna”

Qualquer brincadeira com a dívida pública interna acabará em recessão, advertiu ontem o economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central. Se o próximo governo partir para um alongamento compulsório do perfil da dívida, trocando as atuais Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) de 72 dias por títulos com prazo de cinco, dez ou 20 anos, retirará toda a liquidez do setor privado. Se comprar toda a massa de títulos que rola hoje no **overnight**, terá de despejar tanto dinheiro na economia que desvalorizará totalmente a moeda, gerando hiperinflação. E, caso opte por aplicar um deságio no valor de face dos títulos, a iniciativa privada também perderá liquidez e, para não quebrar as empresas, reduzirá os níveis de produção e emprego.

As três vertentes desembocarão num processo recessivo e em maior desajuste da economia, explicou Pastore, em seminário sobre o momento econômico brasileiro e a eleição presidencial, promovido ontem pela Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos. O próprio economista admitiu, contudo, que um desaquecimento econômico será consequência natural dos controles fiscal e monetário que o próximo governo terá de adotar para debelar as causas básicas da inflação — déficit público e expansão da moeda — e ancorar os preços.

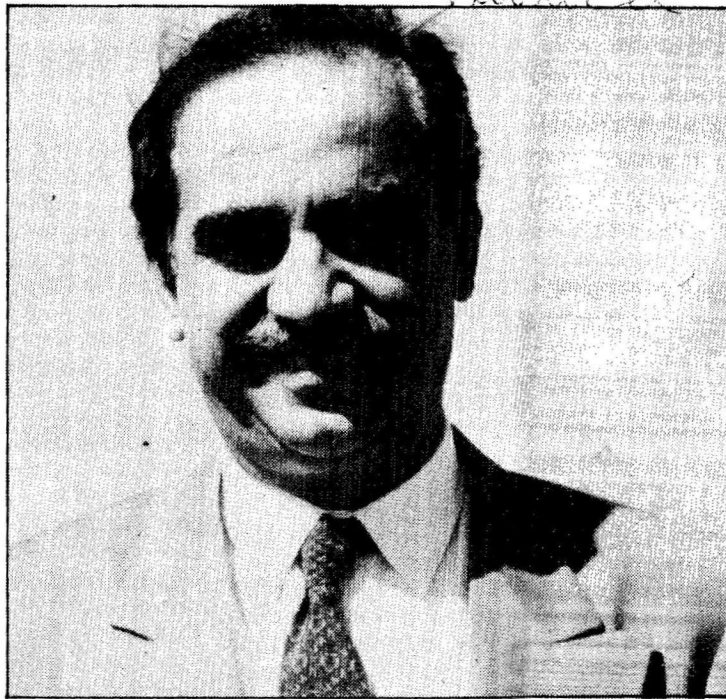


Flavio Bacelar/AE

Pastore: um certo desaquecimento será inevitável.

“É preciso controlar o déficit para estancar o crescimento da dívida interna. E, para lastrear a moeda, tornando-a forte e dando-lhe poder aquisitivo constante, nada melhor que seriedade fiscal”, receitou Pastore. Paralelamente, recomendou, pode-se atacar a indexação, mecanismo propagador da inflação.

O ex-presidente do Banco Central alertou, contudo, que será necessário enfrentar muitos grupos de pressão para cortar o déficit público. “Pode-se impor controles tarifários, e não quantitativos, para as importações, como se pode aumentar o Imposto de Renda da Pessoa Física, eliminar incentivos fiscais e subsídios, demitir



Luca Bianco/AE

Trevisan receia lobby contra as privatizações

funcionários e promover um ‘tarifaço’ nas estatais. Cada uma dessas medidas criará inimigos e o governo terá de escolher esses inimigos e governar contra eles. Isso depende de coragem e decisão política”, ponderou.

O próximo governo terá de enfrentar,

ainda, todos os matizes de **lobbies** contra a privatização, de empresários que compram ou vendem com vantagens para as estatais aos políticos que loteiam cargos e o movimento sindical, afirmou o consultor Antoninho Marmo Trevisan no mesmo seminário. Em sua opinião porém o processo de privatização é inexorável e será promovido por qualquer presidente eleito. “Até o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, abandonará o discurso oportunista estatizante da campanha e partirá para uma reforma administrativa do setor público — o que inclui demissões de funcionários — e um programa pragmático de desertatização, porque vai precisar de dinheiro para construir escolas e cuidar da saúde pública”, afirmou Trevisan.

Para o consultor, com a receita líquida do setor público na faixa de 10% do PIB apenas — contra 17% do início da década de 70 —, 80% da qual é consumida pela folha de pagamento, o governo não tem mais fôlego para transferir recursos para os investimentos das estatais, o que provocará o seu sucateamento. Por isso, ele acha viável, inclusive, a permuta pura e simples de parte dos US\$ 70 bilhões que a iniciativa privada mantém no **over** pelas ações das 179 estatais federais, cujo patrimônio líquido soma US\$ 46 bilhões somente, contra um endividamento de US\$ 89 bilhões.